

Área de abrangência da Mata Atlântica, segundo a Lei 11.428/2006 e Decreto 6.660/2008.

DECRETO 6.660/2008 – CAPITULO XIV - DO PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA - PMMA

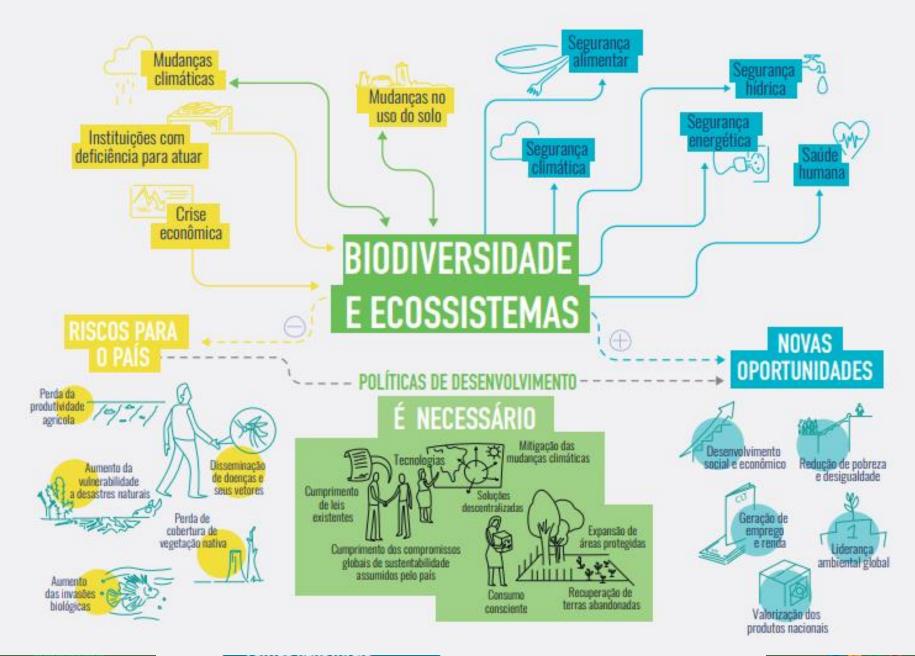
Art. 43. O plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, de que trata o art. 38 da Lei n. 11.428, de 2006, deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I diagnóstico da vegetação nativa contendo mapeamento dos remanescentes em escala de 1:50.000 ou maior;
- II indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa;
- III indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa; e
- IV indicações de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município.

Parágrafo único. O plano municipal de que trata o caput poderá ser elaborado em parceria com instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil, devendo ser

aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.







HOTSPOT DE BIODIVERSIDADE

uma das áreas de maior biodiversidade no planeta, possuindo cerca de:



20.000 espécies de plantas





370 espécies de antibios







A Mata Atlântica fornece uma gama enorme de serviços ecossistêmicos fundamentais para a sociedade brasileira, dentre os quais destacam-se:





Vegetação remanescente

29% da área de cobertura original considerando os diferentes estágios de regeneração das várias fitofisionomias



protegida por le Conservação (UC)

8,5% aproximadamente, da área original da Mata Atlântica

000 km²





Linha do Tempo das ações pelos PMMA





Objetivo das Ações

SENSIBILIZAÇÃO

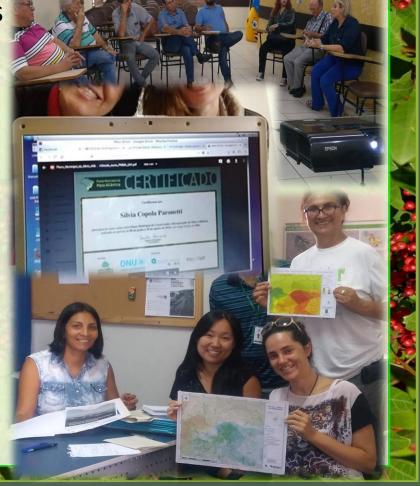
 Sensibilizar atores públicos e sociais para realização do planejamento municipal participativo, por meio do instrumento PMMA.

CONSCIENTIZAÇÃO

 Capacitar os gestores públicos para elaboração do PMMA.

MOBILIZAÇÃO

 Oferecer ferramentas aos conselheiros ambientais municipais para o monitoramento da implementação do PMMA.













2015/2016 - Programa de Fomento à Elaboração dos PMMA – Fundação SOS Mata Atlântica

Iniciamos a mobilização no Estado em 06 de abril de 2015, em reunião com o secretário de Meio Ambiente Artur Bruno, e sua equipe. Na ocasião foi determinado por ele que os primeiros Planos Municipais da Mata Atlântica apoiados pelo governo estadual se dariam na região da APA do Baturité, sob coordenação da gestora de Patrícia Jacaúna. Em parceria com a ONG Aquasis, que detinha o mapeamento dos desmatamentos na APA, e se dispôs a acompanhar a elaboração dos PMMAs, atualizando esse mapeamento na escala exigida por lei.

Pacoti, Guaramiranga, Redenção, Mulungu, Aratuba, Palmácia.



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, E A FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA.











2017/2018 - Fortalecendo Conselhos Municipais de Meio Ambiente por meio da elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica PMMA

Lançamento no Ceará - Audiência Pública

DATA: dia 02 de abril de 2019

Local: Assembleia Legislativa do Ceará

REPRESENTANTES ESTADUAIS PRESENTES

Representante da Assembleia Legislativa do Estado:

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

Renato Roseno - Deputado Estadual.

Representante do Órgão Ambiental Executivo

Estadual:

Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA

Arthur Jose Vieira Bruno - Secretário de Estado da

SEMA

Representantes de ONGs locais/regionais:

Gabriela Ramirez - ONG Aquasis

Representante do Ministério Público Estadual:

CAOMACE Jacqueline Faustino - Promotora

Representante do IBAMA:

Superintendente do Estado do Rio Grande do Norte

- SUPES/CE

Gabriel Sobreira Lopes

Representante da Prefeitura do Município de

Fortaleza - CE: Leilane Maria Barros Queiroz













ATORES E SUA COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO EFETIVA DOS PMMA

Colaboração para elaboração, monitoramento da implementação como controle social

Cobrança pela cumprimento da Lei da Mata Atlântica em apoio à REURB

PMMA

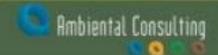
Organização do processo com apoio institucional e técnico dos OEMAS. Universidades e ONGs locais

Acompanhamento das ações, emendas parlamentares para implementação de ações dos **PMMA**

OEMAS

Disponibilização de bases geográficas para composição do instrumento





Aumentar a Mata Atlântica através de recuperação

Conservar remanescentes de Mata Atlântica



Diminuir pressões aos remanescentes (incluíndo mudança climática)

PMMA

Áreas e ações prioritárias (áreas urbanas e rurais)

Objetivos específicos e metas factíveis

Conciliar com desenvolvimento econômico e social



Conciliar com planos, programas, ações, leis existentes

Conciliar com a estrutura do município (recursos físicos, humanos, financeiros, parcerias)



Planos Municipais da Mata Atlântica

PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA

PLANO DIRETOR

ZEE

PLANO MUNICIPAL D **SANEAMENTO**

Propõe apresentar ações estratégicas que implementam outros instrumentos de gestão territorial previstos em normas e regulamentos federais e estaduais, em nível local, com a participação da sociedade!!



PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA

> **PLANOS DE MANEJO UCs**

OUTROS PLANOS



PLANEJAMENTO

INTEGRADO



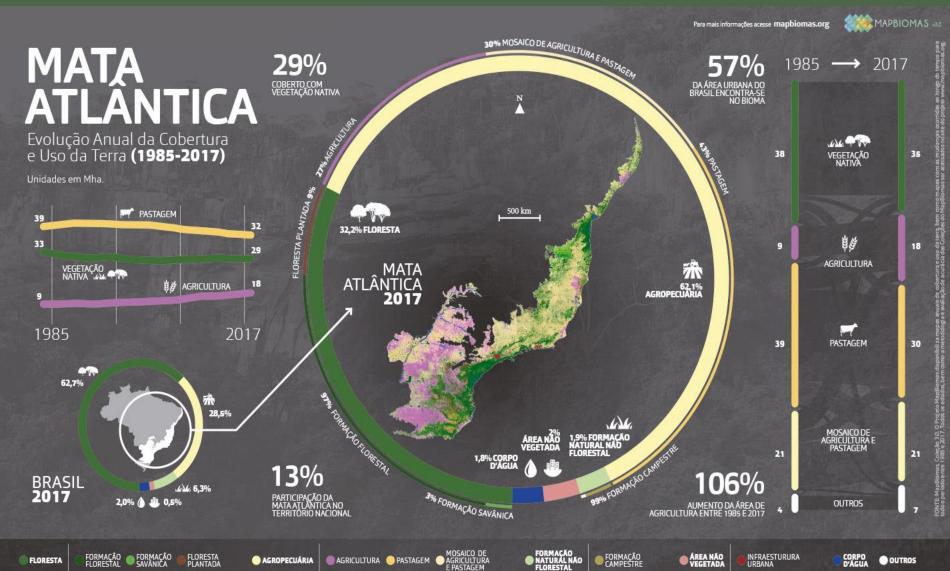








Plataforma Mapbiomas







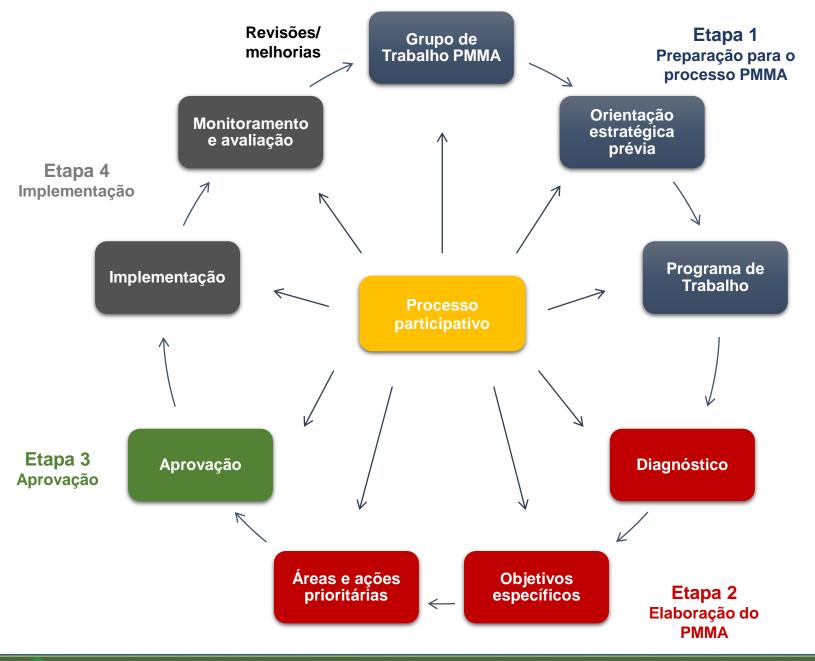












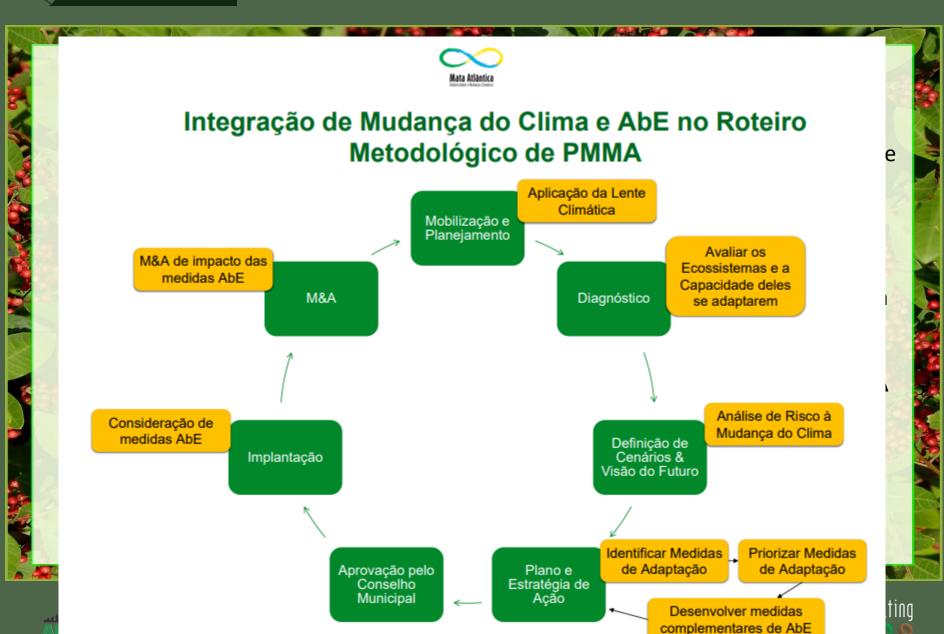














Resultados possíveis do PMMA





Implementa metas da CDB e ODS...



ONU MEIO AMBIENTE E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E MEIO AMBIENTE (ANAMMA) ASSINAM PARCERIA PARA FORTALECER CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA

http://web.unep.org/americalatinacaribe/br/onu-meio-ambiente-e-associa%C3%A7%C3%A3o-nacional-dos-%C3%B3rg%C3%A3os-municipais-e-meio-ambiente-anamma-assinam



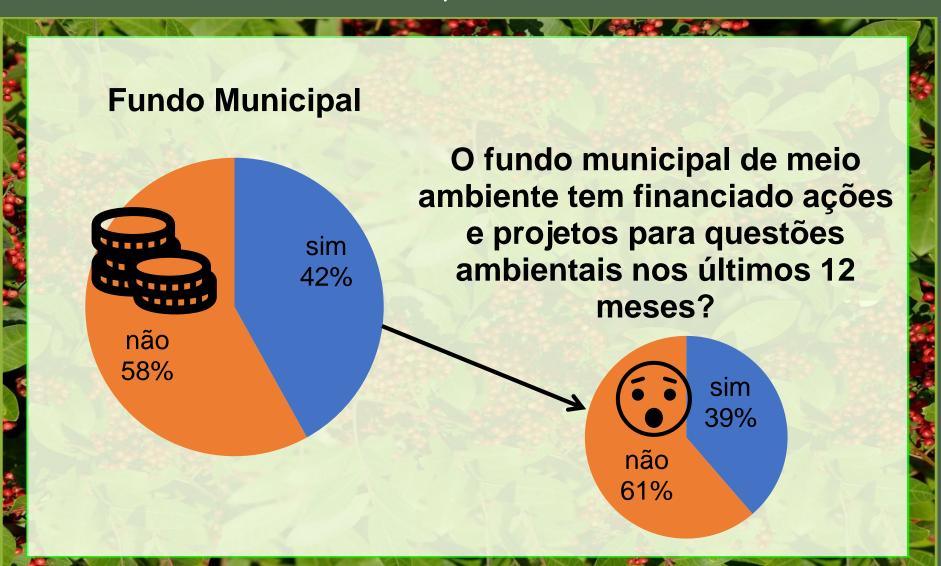








Movimenta e direciona a operação participativa dos Fundos Municipais de Meio Ambiente







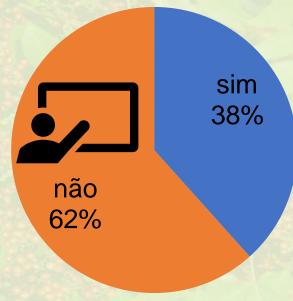




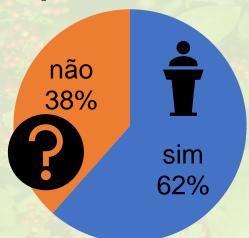


Organiza a gestão do território para fins de licenciamento e supressão de vegetação nativa





Legislação específica para tratar de questão ambiental











Mata Atlâ

contudo, não tem validade, pois não foi autorizado pelo CONEMA,

conforme estabelece a Resolução 03/09 - CONEMA (item 6.5);

CONSIDERANDO, além disso, consoante o que foi apurado no PP 35/13, que tramita nesta Promotoria de Justiça, que: a) O CONDEMA -Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nísia Floresta - não está em funcionamento, tendo tido apenas uma reunião para a posse de seus membros, desde sua fundação, em 10 de outubro de 2012; b) não existe corpo técnico, muito menos, capacitado na Secretaria do Meio Ambiente de Nísia Floresta, ainda que seja para a concessão de licenças ambientais de pequenos empreendimentos, não havendo sequer projeto para a realização de concurso público para esse fim; c) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente é apenas composta pelo Secretário (este acumulando as funções de Secretário de Tributação) e seu Adjunto; d) que a secretaria do meio ambiente do Município de Nísia Floresta não tem sede própria, tampouco equipamentos e servidores, funcionando atualmente nas mesmas instalações da Secretaria Municipal de Tributação; e) que o Fundo do Meio Ambiente, instituído em dezembro de 2012, apenas existe de modo formal, pois seu saldo em conta corrente é zero, desde que foi criado; f) mesmo depois da instituição da gestão compartilhada, por falta dos requisitos acima, <mark>não foram expedidas</mark> quaisquer licenças ambientais e não foram aplicadas sanções administrativas, expressões relevantes do poder de polícia ambiental delegadas ao Município de Nísia Floresta; e g) não foram realizadas quaisquer atividades de monitoramento e avaliação da qualidade ambiental no Município por falta de servidores capacitados e estrutura física mínima para esse fim;











CONSULTA PÚBLICA DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL





CONSULTA PÚBLICA DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL



Trazer

percepção

Estratégia de ação que estimula a participação social no direcionamento, na definição e realização de políticas públicas.

Busca o entendimento sobre a concepção contemporânea da sociedade em seu meio ambiente local, as influências dos cenários sobre sua qualidade de vida e ao mesmo tempo levar informações gerais sobre os temas abordados.

http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/bom-dia-fronteira/videos/t/edicoes/v/populacao-pode-colaborar-com-o-plano-municipal-da-mata-atlantica/6295073/











Resultados da Consulta Pública



5 AFIRMATIVAS MELHOR AVALIADAS	NOTA	ÁREA TEMÁTICA
As escolas de meu bairro/povoado têm atividades sobre meio ambiente com crianças e jovens.	6,9	Informações Ambientais
Nosso município possui parques, praças e áreas verdes.	6,9	Ambiente Urbano
Em nosso município são promovidas atividades de educação ambiental.	6,8	Informações Ambientais
Em nosso município existem leis que protegem as áreas verdes.	6,7	O Território
Eu sou um cidadão atuante.	6,6	Participação Social

5 AFIRMATIVAS PIOR AVALIADAS	NOTA	ÁREA TEMÁTICA	
A maioria das pessoas conhece as leis ambientais do município.	3,2	Informações Ambientais	
As margens dos rios estão livres de construções (ruas, casas, fábricas, etc.)	3,1	Qualidade da Água	
A maioria das pessoas em meu bairro/povoado se reúne para discutir questões como coleta de lixo, limpeza das ruas, destino do esgoto, etc.	3,0	Participação Social	
As pessoas podem nadar, pescar e brincar nos rios do município.	2,9	Qualidade da Água	
Os rios do município estão livres de lixo.	2,8	Qualidade da Água	













